



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681174 - SP (2021/0225135-1)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FRANCIANE DE FATIMA MARQUES - SP100729
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PATRICIA DE TOLEDO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PATRICIA DE TOLEDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal nº 0005432-42.2021.8.26.0041).

A paciente cumpre pena privativa de liberdade de 7 anos, 01 mês e 10 dias de reclusão pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal. Efetuado pedido de progressão para o regime aberto, o pleito foi deferido pelo Juízo das Execuções.

Interposto agravo pelo Ministério Público, o recurso foi provido, determinando a realização de exame criminológico e o retorno da apenada ao regime semiaberto até nova decisão ser proferida.

A impetrante sustenta que a fundamentação para a determinação da realização de exame criminológico seria inidônea, desrespeitando o art. 93, IX, da Constituição Federal e a Súmula n. 439 desta Corte.

Afirma que a paciente apresenta bom comportamento carcerário, por isso foi deferido pelo Juízo de primeiro grau a progressão ao regime aberto.

Requer, liminarmente, a expedição de contramandado de prisão, a fim de evitar a prisão ilegal do paciente, pois essa já está em regime aberto há 05 meses.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja cassado o acórdão impugnado e reestabelecida a decisão que deferiu a progressão ao regime aberto, independentemente da realização de exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente